

Dimensão cultural e artística das línguas bantu

Cultural and artistic dimension of Bantu languages in higher education in
Angola

Francisco Jacucha Kimbanda

Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto, Luanda/Angola

Luís Manuel Faria Van-Dúnem

Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto, Luanda/Angola

Resumo

O presente texto aborda a Dimensão Cultural e Artística das Línguas Bantu. As línguas Bantu são o único meio de expressão da arte de Angola. Logo, não há arte sem línguas angolanas. Num país onde o estado impõe a privação ao uso público ou privado das línguas locais enquanto direitos fundamentais das pessoas, não se pode falar de arte de Angola, já que só por meio dessas línguas o artista pode expressar os valores culturais, políticos e artísticos dos Povos de Angola. As Línguas Bantu ocupam a última posição com uma dimensão de línguas depreciadas. Assim, constitui objectivo deste texto analisar até que ponto as Línguas Bantu de Angola exprimem toda a racionalidade dos povos que as falam. Esta comunicação resulta, pois, das minhas experiências vividas em tribunais e escolas das comunidades rurais. Em tribunais, assisti a determinadas sessões de julgamento onde o juiz que se expressa em bom português não é entendido pelo acusado e pela testemunha que se expressam em qualquer língua bantu. Verificou-se que os grandes centros urbanos, consideradas sociedades civilizadas, que dominam a norma culta e detêm um número considerável de polícia, de guardas nos quintais, registam cada vez mais acções criminosas diversas em relação às comunidades rurais, onde não há policiais. Esses factos díspares devem-se aos valores éticos e morais impregnados nas línguas de cada comunidade.

Palavras-chave: Línguas Bantu; Comunidade Linguística; Direitos Linguísticos; violação.

Abstract

This text addresses the Cultural and Artistic Dimension of Bantu Languages in Higher Education in Angola. The Bantu languages are the only means of expressing art in Angola. Therefore, there is no art without Angolan languages. In a country where the state imposes the deprivation of the public or private use of local languages as fundamental rights of people, one cannot speak of Angolan art, since only through these languages can the artist express the cultural, political and artistic values of the Peoples of Angola. Bantu languages occupy the last position with a deprecated language dimension. Thus, it is the purpose of this text to analyze the extent to which the Bantu languages of Angola express all the rationality of the people who speak them. This communication is therefore the result of my experiences in courts and schools in rural communities. In courts, I have attended certain trial sessions where the judge who speaks in good Portuguese is not understood by the accused and the witness who speak in any Bantu language. It was found that the large urban centers, considered civilized societies, which dominate the cultured norm and have a considerable number of police, guards in backyards, record more and more different criminal actions in relation to rural communities, where there are no police. These disparate facts are due to the ethical and moral values imbued in the languages of each community.

Keyword: Bantu languages; Linguistic Community; Linguistic Rights; violation.

Informações do artigo

Submetido em 12/03/2024

Aprovado em 04/05/2024

Publicado em 15/05/2024.

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2024.v24n2.p115-126>



Esta obra está licenciada sob uma licença
Creative Commons CC BY 4.0

Como ser citado (modelo ABNT)

KIMBANDA, Francisco Jacucha; VAN-DÚNEM, Luís Manuel Faria. Dimensão cultural e artística das línguas bantu. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 24, n. 2, p. 115-126, maio/ago. 2024

1 INTRODUÇÃO

Permitam-nos começar esta comunicação com duas reflexões: (i) a primeira encontrada no livro de Claude Hagège, intitulado *Não à Morte das Línguas*, “Quando se examinam as sociedades humanas, e as relações que elas estabelecem com as suas línguas, impõem-se uma verdade, que parece derivar de um simples bom senso: as línguas vivas não existem em si, mas por e para os grupos de indivíduos que delas se servem na comunicação quotidiana”; (ii) a segunda reflexão é de Cheikh Anta Diop, autor sociólogo africanista senegalês, que afirma: “Desejei libertar a profunda unidade cultural que permaneceu viva sob ilusórias aparências de heterogeneidade”. [...] e prossegue o autor, “De uma forma geral, quando se examinam as sociedades humanas, e as relações que elas estabelecem com as suas línguas, impõem-se uma verdade, que parece derivar de um simples bom senso: as línguas vivas não existem em si, mas por e para os grupos de indivíduos que delas se servem na comunicação quotidiana”.

Nesta conformidade, as Línguas Bantu de Angola, ainda que desprestigiadas, estigmatizadas e aprisionadas no calabouço do colonialista português por meio de políticas linguísticas enganosas, falaciosas, ineficientes e superficiais protagonizadas pelo Estado angolano, enquanto manifestações da faculdade de linguagem dos povos que delas fazem uso, devem ser entendidas como estruturas cognitivas complexas, que carregam as marcas das operações pelas quais se exprime o universo das coisas sensíveis e dos conceitos e reflectem como o espírito desses povos funciona na compreensão das mundo, alimentando àqueles que as falam, assim como o ar que respiram para viver.

As Línguas Bantu são as únicas estruturas capazes de fornecerem mesmo talismãs para a determinar o desenvolvimento deste país. Elas não só permitem simplesmente falar ou escrever, retratar a nossa história, as nossas culturas e tradições como também são as manifestações da abstração da racionalidade dos seus falantes.

Concentramos esta comunicação em duas perspectivas: (i) na inobservância dos direitos linguísticos dos povos Bantu, cujas línguas são negadas, rejeitadas, excluídas da administração pública, dos serviços de saúde, do sistema de justiça, da educação etc; (ii) nas implicações artísticas decorrentes

do exercício de leitura e interpretação das peças de arte de Angola, como veremos a posterior.

Ora, o assimilacionismo das Línguas Bantu e conseqüentemente a imposição da prestigiosa língua portuguesa representa um mal que não só protagonizou o combate à pluralidade linguística, como também institucionalizou a divisão de pessoas, a criação de classe dominada e dominante e classe não soberana e soberana. A classe dominada compreende o grupo das populações das zonas recônditas ou do mato, como se costuma a chamar. Bairros de pretos, no dizer do poeta maior Agostinho Neto, sem luz, nem água, sem escola, nem estradas. Esta classe só domina Línguas Bantu, mas não sabe português porque jamais conheceram uma escola ocidental. A classe dominante é a dos grandes centros urbanos, a que domina somente a língua do patrão português e não sabe Línguas Bantu. Os ricos. Os soberanos. Os que tomam decisões do país integram a essa classe privilegiada.

A desvalorização das Línguas Bantu e, conseqüentemente, dos seus falantes dá-se por meio de políticas linguísticas enganosas, falaciosas, superficiais, confusas e pouco aprofundadas. A despromoção das Línguas Bantu e de múltiplos factores como a ausência de políticas de integração das línguas minoritárias, promove, inevitavelmente, os conflitos linguísticos e outras formas preconceituosas e discriminatórias entre o indivíduo instruído e o não instruído. Nesta conformidade, além de promover a exclusão social, as assimetrias regionais, também dissemina o desrespeito, o desprezo, a rotulagem de todos os seus falantes.

No preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, conforme as Nações Unidas (1986), os direitos aí declarados basearam-se nos desequilíbrios sociais e no desrespeito pelos direitos humanos, que resultaram de actos bárbaros e ultrajaram a consciência da Humanidade como consequência da 2ª guerra mundial, cujo advento apontava para um mundo em que todos gozassem de liberdade de palavras e que vissem a salvo do temor e da necessidade.

Nesses documentos, é possível depreender que a distorção da percepção do valor das Línguas Bantu, em Angola, a difusão de atitudes linguísticas hierarquizantes, a marginalização de pessoas não instruídas e a

degradação de suas numerosas línguas nativas afectam a lealdade linguística entre a oficial e as demais línguas do país instituída por meio da arrogância do desejo excessivo de engrandecer a alma lusa da antiga colônia portuguesa.

2 CONTEXTO E PROBLEMAS DAS LÍNGUAS BANTU

No contexto angolano, desde o colonialismo até à globalização, a caracterizar-se pela revolução tecnológica e pela ausência de barreiras à circulação do capital, é possível diagnosticar movimentos de subordinação das Línguas Bantu de Angola. Por consequência, assistimos a uma espécie de promoção hierárquica ascendente da língua portuguesa e a marginalização das línguas autóctones que afeta a Cultura Tradicional Bantu a ponto de se construírem modelos sociais estacionários e substituições linguísticas das línguas locais pela língua do colonizador.

A privação do uso público das Línguas Bantu nas sessões de julgamento, nos consultórios médicos e no sistema escolar estimula a exclusão social dos seus falantes, promove, igualmente, as assimetrias regionais, dissemina a divisão de classes sociais hierarquizantes (soberanas e não soberanas, dominantes e dominadas) e, por conseguinte, difunde o preconceito linguístico nas relações interpessoais.

A sobreposição da hegemónica língua portuguesa sobre as demais línguas nas diversas esferas da vida pública (económica, política e social) dos povos bantu constitui uma violação grave dos Direitos Linguísticos e Liberdades Fundamentais desses povos. Com base nas posições acima elencadas e tendo em conta a desvalorização das Línguas Bantu, construímos as seguintes questões:

- Como entender a progressão do ensino nas comunidades monolingues de Línguas Bantu, onde a língua de ensino (português) é língua estranha para o aluno e a língua deste é língua estranha para o professor?
- Como entender a condução de uma sessão de julgamento onde o acusado não entende a língua do juiz, a testemunha não entende a língua do advogado nem por ele é entendido?

3 LÍNGUAS DOMINADAS E LÍNGUA DOMINANTE

Tradicionalmente, as sociedades humanas adaptam-se às dinâmicas sociais, políticas e económicas instituídas pelos governos dos países. Nesta adaptação, as políticas linguísticas impostas pelos governos influenciam as relações das instituições que estas estabelecem com os cidadãos e, conseqüentemente, as relações interpessoais entre indivíduos desses países.

Há um equívoco muito grande sobre a eleição, a paternidade, o estatuto hegemónico singular e excessivo da língua portuguesa sobre as numerosas Línguas Bantu do país. Só mesmo cá em Angola se torna possível a adopção de uma língua estranha como língua dominante. A língua dominante, a portuguesa, encontra-se numa posição de invasora que tenta conquistar os territórios ocupados pelas línguas locais. As Línguas Bantu, mesmo que despromovidas à categoria de línguas dominadas, travam, nos seus territórios, uma batalha linguística diária incrível, defendem o seu o estatuto de Línguas Autóctones.

Quanto às relações estabelecidas entre sociedades e línguas Hagège (2000, p. 17), evidencia que “as línguas acompanham os grupos humanos”. Ou seja, as línguas nascem com o ser humano e desaparece com ele. Para o autor, “as línguas são estruturas cognitivas complexas, que reflectem como o espírito funciona». No entanto, «as línguas são, também, uma das fontes essenciais da força vital que anima as comunidades humanas” (*Ibidem*).

Em Angola, verifica-se um distanciamento entre instituições representantes do estado e os cidadãos para os quais se constroem as tais instituições, constatando que o cidadão monolíngue das Línguas Bantu tem dificuldades de comunicar-se com os servidores públicos. Já afirmara Hegège (2000, p. 23) que “as línguas são geradoras de vida» por isso, «elas têm a ver com o mundo das espécies”.

A língua é uma herança colectiva, um acumular de elementos que resulta das relações estabelecidas entre as gerações e os povos, ao longo dos tempos, dependendo, nomeadamente, das dinâmicas económicas, sociais e políticas adoptadas por cada estado. Já Azeredo, Pinto e Lopes (2012, p. 11) entendem que “a língua é, pois, um sistema de signos que se organizam segundo certas

regras gramaticais”. Para as autoras, “o conhecimento dessas regras, mesmo que intuitivo, é indispensável para nos relacionarmos com o mundo” (*Ibibem*).

Nestes termos, Guimarães (2005, *apud* Cristobal & Sturza (s/d) atesta que a língua é heterogênea, polissêmica e, por isso, dividida, desigual. Nesse sentido, estabelece-se uma relação estreita entre a língua e seus falantes. “E esta divisão diz respeito exatamente à relação dos falantes com a língua, de tal modo que os falantes se identificam exactamente por essa divisão” (Guimarães, 2005, p. 21), *apud* Cristobal & Sturza (s/d). Assim, reconhece-se que a língua não é igual para todos os seus falantes.

A língua, para Hågege (2000, p.19), independentemente dos aspectos gerais que identificam os seus falantes, nunca é falada de forma homogeneizada em todas as regiões ao defender que “as línguas alteram-se, adaptam-se, empobrecem, enriquecem-se”.

Angola, um país com uma extensão territorial de 1.246. 700 km², que cobre quase a totalidade da extensão territorial da Europa Ocidental, e uma população constituída por diferentes grupos etnolinguísticos, a partir dos finais do século XV passou a estabelecer relações de contactos socioculturais e linguísticos forçados com o povo português através da colonização, cuja herança nunca merecida, recebemo-la com contornos históricos significantes e assimétricos.

4 AS LÍNGUAS BANTU NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO ANGOLANO

Concernente aos cursos de Graduação e Pós-graduação de Línguas Bantu, assiste-se a uma frequência deficitária e desajustada aos contextos dessas línguas: Primeiro – a língua de ensino das Línguas Bantu é o português; Segundo – os manuais de apoio aos estudantes são produtos estrangeiros. Essas duas situações comprometem o ensino das Línguas Bantu, em Angola.

Pensamos ser necessário que esses cursos devam iniciar nas classes de base, nos primeiros anos de vida escolar da criança, em contexto bilíngue e ajustado às particularidades sociolinguísticas da região em que se ensinam com professores bem instruídos bilíngues ou monolíngues, capazes de ensinarem às crianças o valor da vida, do respeito, o humanismo, a ética e todas as boas práticas para o exercício da cidadania.

O curso de Línguas Bantu, por outro lado, impõe desafios e compromisso sérios para estudantes e professores. Por um lado, por serem cursos exclusivos de filhos de pobres. Os filhos de ricos e bem nascidos não frequentam, e nem sequer se dão à mínima preocupação de as conhecer, quanto mais de as dominar.

Por outro lado, não há estímulos atrativos em termos de projecção dos técnicos formados nessa área do conhecimento. Os pobres, gente proibida de prosperar financeiramente, mesmo que em número reduzido, garantem a continuidade do curso, embora com as perdas graduais de um número considerável de estudantes. No país, não há sequer uma política clara atrativa, por parte do Estado, que projecte o aproveitamento de quadros formados em Línguas Angolanas para resolverem, por exemplo, o problema dos erros ortográficos dos antropónimos de origem Bantu nos bilhetes de identidade dos cidadãos angolanos, casos bastante acentuados nos serviços de registo cível e notariais e, conseqüentemente, os erros dos topónimos de origem Bantu também notórios no Diário da República do país.

5 AS LÍNGUAS BANTU E O ESTADO DA ARTE EM ANGOLA

A leitura e interpretação dos textos artísticos numa determinada realidade e/ou contexto sociocultural deve ser feita na língua de origem. Nesta conformidade, as artes e as culturas de Angola, sejam elas representadas por peças de artes visuais, sejam elas construções de sentidos representados por música, dança ou coreografia são mais bem explicadas e percebidas nas Línguas Bantu do que em qualquer outra língua, na medida em que língua, cultura e arte constituem, pelo menos neste domínio, uma santíssima trindade. Logo, indissociável.

Por outras palavras, a substituição das Línguas Bantu pela língua portuguesa são simplesmente enganos, falácias e superficialidades, que traduzem duas implicações artísticas: (i) leitura leviana (ii) equívoco de interpretação, pois, uma língua estranha à cultura não é capaz de interpretar cabalmente uma só peça de Arte visual que espelhe a cultura de qualquer povo Bantu.

De um modo geral, os poderes políticos não se contentam com as medidas limitativas da utilização das línguas minoritárias. Em Angola, o poder político não está interessado com a promoção das Línguas Bantu e dos povos que as falam para estes não reconquistem a sua hegemonia frustrada desde a colonização aos dias actuais.

6 AS LÍNGUAS BANTU: ESTIGMAS DA VERGONHA: O ABANDONO DAS LÍNGUAS DEPRECIADAS

Num país onde as instituições do Estado são os principais exemplos do desrespeito às Línguas Bantu, e os servidores públicos indicados ou supostamente eleitos não falam as línguas dos povos para quem governam, estamos literalmente convencidos de que não há/haverá uma vontade política que venha a promover as Línguas Bantu ao estatuto de línguas oficiais. Logo, não há, ao mesmo tempo, vontade política de um plano sério para o desenvolvimento do país, já que a língua é a primeira e a mais importante ferramenta para o desenvolvimento científico-tecnológico de qualquer país.

O facto de não haver um estatuto legal para as Línguas Bantu na Constituição da República e a resistência do estado na correcção imediata dos desequilíbrios linguísticos existentes na Constituição da República traduz a falta dessa vontade política. O Estado pensa e deseja um mundo segundo os valores culturais transmitidos pelo opressor e o mantidos pela força de sua cordialidade, também construída em função de suas misturas linguísticas e culturais.

O estudo acerca dos instrumentos que garantem a dignidade humana, também contemplada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mostram a necessidade de ideais tendentes a inspirar leis nacionais e fortalecer o sentimento de união da espécie, assim como, numa perspectiva de alteridade supranacional, o reconhecimento do diferente como possibilidade de evolução dos seres humanos e de suas culturas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após discussões em volta do assunto, percebemos que as Línguas Bantu se desenvolveram e aprenderam a ajustar-se aos desafios a que estão sujeitas e procuram a coabitação pacífica com a língua do padrão português.

A situação colonial tornou essa coabitação extremamente difícil, resultando na hegemonia da língua portuguesa e na desvalorização das Línguas Bantu. Torna-se, por isso, importante compreender que a língua portuguesa deva, tanto quanto possível, incorporar nos seus próprios programas ações conducentes à defesa das línguas, das culturas e das civilizações indígenas com que coexiste. Trata-se, afinal, de um acto de justiça para com as línguas que transitam para uma situação real de coabitação partindo de um passado de negação e repressão.

O Estado angolano deve, naturalmente, conceder às Línguas Bantu o direito de línguas oficiais. É, conforme ficou demonstrado nesse estudo, o caminho correcto para a revitalização e promoção explícita dessas línguas num quadro orientado para a sua manutenção. O texto demonstrou que a vida no seio de comunidades rurais de Angola constitui um acto de manutenção das Línguas Bantu, contando que nessas comunidades as línguas exercem, entre outras funções, educativas, instrutivas, jurídicas.

As políticas linguísticas adaptadas pelo Estado angolano não satisfazem às necessidades das comunidades linguísticas Indígenas. A promoção de uma única e exclusiva língua portuguesa e a despromoção das Línguas Bantu promovem as assimetrias regionais no seio das populações. Como consequência desta política linguística, hodiernamente, no seio da juventude angolanas, sobretudo, nos grandes centros urbanos, desenvolvem-se, gradualmente, sentimento de vergonha e, por vezes, de estigma concernente ao uso exclusivo das Línguas Bantu.

Por outro lado, como dissemos, os cidadãos, sobretudo os que residem nas capitais provinciais tendem a disseminar o preconceito linguístico e manifestarem gradualmente a perda de auto estima e complexos em assumir as suas línguas autóctones, embora a maioria das Línguas Bantu que ainda se mantêm vivas sejam as línguas das etnias que habitam bastante longe dos principais centros urbanos de Angola. As que vivem na proximidade imediata

estão expostas à contaminação com as marcas da língua de comunidades mais numerosas (o português), perdendo, assim, a sua originalidade.

Relativamente ao poder popular, depreende-se que o Estado reconhece a soberania das comunidades monolíngues do português, geralmente, as das grandes cidades, porque são partícipes da elaboração das políticas socioeconómicas do país, e desvaloriza as comunidades monolíngues de Línguas Bantu como comunidades linguísticas representadas por uma minoria parlamentar.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **A Língua de Eulália**. Novela Sociolinguística. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**: o que é como se Faz. 49. ed. São Paulo: 2007.

BAGNO, M. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BAPTISTA, F. P. **Por amor à língua portuguesa**: ensaio genealógico-filológico, científico-linguístico e pedagógico-didático, visando a superação crítica do actual Acordo Ortográfico/1990. Lisboa: Piaget, 2014.

CALVET, L. (2002). **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, R. Sociolinguística: parte II. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

DAVID, R. **Colonizados e colonizadores**. 1. ed. Luanda: Grecima, 2014.

FARACO, C. A. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2005.

FERNANDES, J.; ZAVONI, N. **Angola**: povos e línguas. Editorial Nzila, Lda, Luanda: Editorial Nzila, Lda, 2002. (Colecção Ensaio/Línguas e Culturas,)

GUY, G. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. *In*: **II Congresso Internacional da ABRALIN**, Fortaleza, março de 2001. Anais... Disponível em: http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf..

GUY, G.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola, 2007.

HORA, D. (org.). **Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade**. João Pessoa: Pallotti, 2004.

IILP/AULP. **Interpretação da língua e culturas de/em língua portuguesa na CPLP**. 1. ed. 2010.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos e a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

LOPES, A.J. **A batalha das línguas: perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique**. Luanda: Editora das Letras, 2013.

MARIANI, B. S. C. A. **Língua como questão nos primórdios da história da colonização africana: a Crónica da Guiné, de G. E. de Zurara**. Gragoatá. **Revista do Instituto de Letras da UFF**, Niterói, 2005.

ONU. **Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas**. 1992. Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_10.htm. Acesso em: 8 jul. 2022.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Representação da Unesco no Brasil. 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2022.

SALUM, M. H. L. **África: culturas e sociedades**. Disponível em: http://www.africana.usd.br/codiaos/textos_didacticos/002/africa_culturas_e_sociedades.html. Acesso em: 14 set. 2022.

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Representação da Unesco no Brasil. 1945. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 8 jul. 2022.

DADOS DOS AUTORES

Francisco Jacucha Kimbanda

Docente universitário e pesquisador da Universidade Agostinho Neto- Faculdade de Humanidades/Especialista em Ciências da Informação e Comunicação - Sistemas, Tecnologias e Gestão da Informação -UFP – PORTO – Portugal. Email: francisco.jacucha@uan.ao

Luis Manuel Faria Van-Dúnem

Professor de Língua Portuguesa e Línguas Angolanas. Assistente do Vice-Decano p/Assuntos Científicos e Pós-graduação da Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto.
Email: fariavandunem2009@gmail.com